



Caderno CRH

ISSN: 0103-4979

revcrh@ufba.br

Universidade Federal da Bahia
Brasil

S. Milani, Carlos R.

GLOBALIZAÇÃO E CONTESTAÇÃO POLÍTICA NA ORDEM MUNDIAL CONTEMPORÂNEA

Caderno CRH, vol. 19, núm. 48, septiembre-diciembre, 2006, pp. 377-383

Universidade Federal da Bahia

Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632170001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

GLOBALIZAÇÃO E CONTESTAÇÃO POLÍTICA NA ORDEM MUNDIAL CONTEMPORÂNEA¹

INTRODUÇÃO

Carlos R. S. Milani

Desde o final da Guerra Fria, culminando com o processo de desconstrução da antiga União Soviética e a conseqüente derrocada do socialismo, a ordem mundial tem sido profundamente marcada pelo controverso fenômeno da globalização. Este inclui a reorganização do sistema produtivo-tecnológico, iniciada no final dos anos 1970, e a emergência de um novo padrão de acumulação, em que, de um lado, crescem a intensidade e a complexidade do processo de incorporação de inteligência aos bens e serviços produzidos e comercializados e, de outro, acelera-se a abertura dos mercados em inúmeros campos econômicos e financeiros. Do ponto de vista tecnológico, nesse novo padrão de acumulação, as tecnologias da informação e comunicação assumem papel central de redinamização e complexificação dos processos de desenvolvimento. Embora ocorrendo com ritmos e graus de intensidade variados, de acordo com setores e regiões do planeta, a difusão dessas

tecnologias vem reforçando e, simultaneamente, tem sido reforçada pelo processo de globalização ou mundialização, como o denominam estudiosos franceses (Brunhoff, 1996; Chesnais, 2001; Chesnais *et al*, 2001).²

No entanto, a globalização não envolve apenas a introdução de novos padrões tecnológicos ou a competição por oportunidades de mercado e por taxas elevadas e constantes de crescimento econômico; ela tampouco pode ser definida tão somente como o resultado do aumento exponencial dos investimentos propiciados pela crescente liberalização do comércio internacional e pela desregulamentação financeira no âmbito mundial. A globalização é um fenômeno multidimensional, igualmente marcado por questões de natureza cultural, social, política e ideológica. Como assinalam vários autores, ela tem evoluído na direção de uma luta social e política por novos valores de sociedade e preferências indivi-

¹ Agradeço o convite da editora da revista Caderno CRH, Professora Anete B. L. Ivo, a fim de organizar este dossiê temático. Meus agradecimentos são extensivos aos colegas pesquisadores que prontamente aceitaram colaborar com a montagem desta coletânea, bem como à co-editora da revista, Professora Elsa S. Kraychete.

² No presente dossiê temático, fez-se a opção de harmonizar o uso do termo "globalização", evitando a duplicação semântica com o emprego concomitante de "mundialização".

duais (Beck, 2003; Dollfus, 1997; Santos *et al*, 1994). Encontrando suas fontes históricas na crise dos modelos de Estado-providência dos anos 1970 e na transformação do papel desempenhado pelo Estado-nação na ordem internacional, a globalização se (re)constitui igualmente do adensamento das relações sociais no âmbito mundial, sob a orientação ideológica de um projeto político que busca submeter ao domínio exclusivo do mercado competitivo as distintas esferas da vida e das relações entre o humano e o ambiental. Do cinema à produção científica, dos sistemas produtivos aos estilos de vida, da saúde pública à pesquisa sobre o genoma humano, todos os âmbitos da vida são enquadrados sob a ótica monolítica do que se convencionou chamar de imperativos da globalização e de uma hegemonia intelectual em torno do postulado do crescimento (Comeliau, 2000; Gosovic, 2000; Rist, 1996).

É sob essa orientação que o sistema econômico global otimiza sobremaneira valores e critérios relativos ao desempenho, à competitividade, à individualidade, à eficiência e à produtividade. O bom desempenho econômico define, atualmente, o novo *locus* de pertencimento dos sujeitos globais, que trabalham cada vez mais com base em responsabilidades imediatas implementadas preferentemente a custos sempre decrescentes. A hipervalorização do desempenho econômico e do individualismo nas atividades humanas em geral, que pode ser encontrada em discursos de muitas agências econômicas e financeiras, tem implicações diretas sobre a vida democrática. Em primeiro lugar, porque as negociações políticas, conforme a interpretação neoliberal do ideal econômico, também devem seguir um mesmo padrão de eficiência e reger-se por uma mesma programação de mercado. A idéia de uma democracia circunscrita pela economia de mercado remete-nos à conseqüente eliminação dos espaços filosóficos da dúvida e dos espaços políticos da deliberação. Na sociedade econômica de risco global, organizações econômicas, atores políticos e organizações sociais são todos constrangidos a dar, cada vez mais, prioridade à certeza (ainda que fictícia), ao curto prazo e ao tempo imediato. Em segundo lugar, a

democracia é diretamente afetada pela globalização tecnológica, porque o individualismo, associado ao uso das novas tecnologias de informação, potencializa o mito da democracia cibernética, que ensinaria a conexão direta e imediata dos cidadãos planetários e lhes propiciaria contornar os controles centralizados do Estado. Como lembra Slavoj Žizek, quando a revista *Time*, em dezembro de 2006, concede aos usuários e criadores do ciberespaço o tradicional prêmio de “Pessoa do Ano”, sua escolha ideológica é clara em prol de um sistema individualista, fundado no simulacro das democracias virtuais. No entanto, há exclusões evidentes nessa democracia cibernética: quantos e quais são os excluídos? E onde se situam no espaço mundial contemporâneo? A democracia cibernética não seria um simples “deserto do real”? (Žizek, 2003 e 2007). Um terceiro elemento que merece destaque, sem pretender aqui desenvolver a temática já muito tratada na literatura, corresponde à visão de um Estado quase irrelevante no âmbito de um mercado econômico global que seria auto-regulável (Fiori, 2005; Novaes, 2003).

É evidente que de tal redirecionamento da economia política internacional decorrem conseqüências profundas para a organização do espaço mundial que afetam diretamente o desenvolvimento das redes, das políticas, das organizações e dos movimentos sociais (Castells, 2003; Dupas, 1999 e 2001; Khagram *et al*, 2002). Como afirmaram Della Porta e Tarrow (2005), há dois processos subjacentes à globalização: a internacionalização da política por meio da emergência de atores, redes e instituições transnacionais, assim como a integração econômica produzida pela voracidade do crescimento do comércio internacional, da mídia e da integração financeira. Nesse sentido, quase paradoxalmente, a globalização em si mesma favorece a expressão da contestação transnacional, criando estruturas de oportunidade e também circunstâncias políticas para a ação de movimentos antiglobalização e dos movimentos alternativos à globalização (Tarrow, 1998). A globalização reproduz desigualdades sociais e econômicas entre (e dentro dos) Estados, porém – gra-

ças a um complexo sistema de redes tecnológicas – facilita a intercomunicação rápida e imediata (tempo) que escapa ao controle rígido do Estado-nação (território) na organização das ações coletivas (convergências solidárias). Assim, as mesmas possibilidades que geram mecanismos de dominação em todas as esferas da vida e viabilizam a interconexão rápida desses processos ensejam, igualmente, a emergência de formas de contestação baseadas nesses mesmos recursos de interconexão global, criticando porém a reprodução de condições materiais estruturalmente desiguais do mundo global.

Além disso, o “boom” das redes transnacionais no campo da política da contestação resulta, igualmente, dos déficits democráticos de uma ordem intergovernamental em crise e das brechas políticas que aí se conformam. As dificuldades oriundas da transformação do sistema de regulação fundado no bipolarismo rígido entre duas superpotências favorecem a emancipação, em muitos casos desordenada, de um sem-número de atores que contestam o princípio basilar da soberania nacional no ordenamento das relações internacionais (ONGs, grandes empresas transnacionais, fóruns, mídia, redes científicas e comunidades epistêmicas, movimentos sociais transnacionais). Nos primórdios dos anos 1990, o debate acadêmico chegou a vislumbrar a oportunidade de uma regulação democrática da ordem mundial, em função dessa multiplicidade de atores e vozes políticas que rompem com o monopólio do Estado da regulação do sistema-mundo. As conferências das Nações Unidas dos anos 1990 (Rio de Janeiro, Beijing, Cairo, Istambul, Copenhague) constituíram o teatro em que se encontraram, para debates acalorados sobre temas relevantes para o futuro do planeta e da espécie humana, atores estatais e não-estatais. A produção acadêmica sobre temas relacionados com a chamada governança global (Arturi, 2003; Halliday, 2000; Milani e Solinís, 2002) insistiu no fato de que, com a forte participação dos novos atores na agenda mundial de negociações, uma versão mais democrática do “governo do mundo” privilegiaria a dimensão política à lógica econômica da globalização e daria espaço à organi-

zação e participação políticas de atores sociais no processo de negociação internacional.³

No entanto, as esperanças associadas a uma governança global mais democrática foram rapidamente desiludidas no limiar do século XXI, e alguns desses atores transnacionais (notadamente os movimentos sociais transnacionais e algumas ONGs em torno do altermundialismo⁴), muitos dos quais insatisfeitos com a baixa efetividade do processo de consulta da sociedade civil que marcou as referidas conferências onusianas, passaram a organizar modalidades de contestação da governança global e de resistência à militarização da ordem política (Agrikoliansky *et al*, 2002; Amin *et al*, 2002; O’Brien *et al*, 2003).

Ocorre que, no cenário pós-11 de setembro, o unilateralismo e a diplomacia militarista da grande potência norte-americana reduzem a força dos princípios ao princípio da força e criminalizam algumas organizações e movimentos de contestação da ordem hegemônica (Mann, 2006). Concomitantemente, a radicalização das demandas do movimento anti e altermundialista, a crise do intergovernamentalismo e a fragilidade do multilateralismo acentuaram-se após as invasões do Afeganistão e do Iraque e com o recrudescimento dos diferentes conflitos no Oriente Médio (Fisher *et al*, 2003; Lins e Wacquant, 2003). Ademais, a constituição de um

³ É claro que muitos desses atores co-existiram com a ordem *westfaliana* anterior baseada quase exclusivamente no Estado-nação; alguns desses atores tiveram alguma função no âmbito da ordem bipolar típica da Guerra Fria, mas não haviam adquirido, até o final dos anos 1980, tamanha relevância política e intensidade relacional no plano internacional a ponto de contestarem e logrem contornar ou mesmo evitar a ação e o controle do Estado. O sistema *westfaliano* refere-se ao sistema histórico de relações internacionais nascido dos Tratados de Westfália encerrando a Guerra dos Trinta Anos em 1648. Na teoria das relações internacionais, esta concepção centra-se no Estado como ator exclusivo ou principal da política internacional e enfatiza as noções de soberania nacional, equilíbrio entre potências e interesse nacional.

⁴ O *altermundialismo* é entendido como uma rede de movimentos e organizações formada no contexto da globalização, marcada por grande heterogeneidade político-ideológica, mas que compartilham princípios de luta de caráter emancipatório, além do diálogo e da articulação entre esses movimentos e intelectuais do mundo inteiro por uma nova utopia frente a antigas e novas dominações do sistema capitalista. Tem sua história marcada por eventos reunindo milhares de participantes de diferentes nacionalidades: o movimento zapatista, as manifestações de Seattle (mas também de Praga, Nice, Gênova, *etc.*), as marchas anti-guerra e, sobretudo, as diferentes edições do *Fórum Social Mundial*.

espaço público mundial de deliberação democrática tem se confrontado com uma série de problemas concretos: a) a inexistência de fóruns de encontro e debate entre os diversos atores mundiais, a ONU constituindo-se em espaço privilegiado do intergovernamentalismo tradicional e tendo sérias dificuldades relativas à sua legitimidade internacional; b) a heterogeneidade de propostas e de organizações que integram a chamada corrente alternativa e contestatória dos novos atores; c) os diferentes estágios de desenvolvimento político das democracias nacionais que influenciam diretamente a capacidade de mobilização e o potencial de participação dos agentes da sociedade civil organizada (inclusive em termos de contestação); d) a falta de legitimidade de muitas associações e ONGs que se auto-intitulam representantes de setores sociais; e) a tendência à utilização da violência por grupos fundamentalistas, no Ocidente e no Oriente, que se utilizam estrategicamente de valores culturais, civilizacionais e religiosos.

O momento atual caracteriza-se, portanto, pela crise da antiga ordem mundial, moldada pela Guerra Fria e pela transição a outra ordem ainda em configuração. A globalização e o expressivo desenvolvimento de novos atores são duas marcas centrais dessa ordem pós-Guerra Fria. Os processos de globalização do capitalismo e o intenso desenvolvimento de atores não-estatais no cenário internacional, nas últimas décadas, estão na origem de conceitos como o de “sociedade internacional” (Raymond Aron), ou “sociedade mundial” (Bertrand Badie), que corresponderiam a “uma totalidade que incluiria, ao mesmo tempo, o sistema interestatal, o sistema econômico e os movimentos transnacionais, as sociedades e as instituições internacionais” (Villa, 1999). No bojo da globalização, as causas para o fim do monopólio dos Estados no cenário internacional são várias e interdependentes, podendo ser lembradas, *inter alia*, as seguintes: o surgimento de poderosas empresas multinacionais caudatárias da expansão global do capitalismo; a criação e a expansão de instituições internacionais e multilaterais; a formação de blocos econômicos e comunitários; o aumento sem precedentes do nú-

mero de organizações não-governamentais com atuação internacional e, mais recentemente, o protesto político de organizações e redes de movimentos anti e altermundialista.

Rompendo com análises tradicionais que muito marcaram o desenvolvimento disciplinar das Relações Internacionais,⁵ o presente dossiê tem por ponto de partida a constatação crítica dos limites do pensamento clássico e pretende ir além do debate entre ortodoxos e heterodoxos sobre a política internacional e as organizações e os atores que a compõem. Este dossiê responde, assim, à necessidade de, nas discussões acadêmicas brasileiras atuais, ultrapassar a tensão entre: a) realismo e idealismo, que marcou os anos 1930/40 em torno de um projeto normativo para pensar a política internacional; b) tradicionalismo *versus* cientificismo, que nos anos 1960 norteou a constituição de um projeto empiricista; c) positivismo *versus* pós-modernismo que, desde os anos 1980, encontra-se no centro do debate sobre epistemologias pós-modernas, críticas e construtivistas na teoria social, política e organizacional (Flyvbjerg, 2001; Maclean, 2000; Nogueira e Messari, 2005). Com efeito, faz-se necessário questionar as raízes filosóficas (ou a meta-teoria, nem sempre explícita) do campo das relações internacionais, a fim de entender como evoluíram os olhares e as análises sobre os fenômenos mundiais. Para analisar a política internacional não como estado e sim como relação

⁵ Tradicionalmente, a disciplina “Relações Internacionais” esteve marcada pelo embate epistemológico entre ortodoxos (realistas, cientificistas, positivistas) e heterodoxos (idealistas, tradicionalistas, pós-modernistas). Percebendo as relações internacionais como disciplina e não como campo interdisciplinar, os pensadores ortodoxos e heterodoxos tenderam a justificar a existência de uns e outros, subestimando temas relativos à desigualdade (salvo desigualdades militares, de soberania territorial e de acesso ao mercado financeiro), aos direitos humanos (salvo como projeto normativo e utópico, o ideal de justiça global), ao gênero ou ao meio ambiente global. As análises sempre tenderam a manter a distinção entre *low politics* e *high politics*, os temas considerados secundários da agenda estratégica e militar chamando menor atenção da pesquisa acadêmica. Os enfoques clássicos reiteraram, assim, as dicotomias tradicionais, separando o campo econômico do campo político (mas também do direito, da cultura, da ética, linguagem), o público do privado, o Estado da sociedade, o internacional e o global do nacional (e ambos do regional), a teoria da prática, a agência da estrutura, a objetividade da subjetividade, a missão política do sistema organizacional, assim como o tempo do espaço.

social, é fundamental construir um quadro teórico-metodológico próprio. Este dossiê tem a ambição de levar adiante esse desafio, uma vez que não pretende acomodar teorias que repudiam as teorias internacionalistas clássicas a partir de uma abordagem clássica. Ao considerar a política internacional como prática social (Bourdieu, 1999), os textos que ora se apresentam buscam evitar a falsa representação baseada em relações estanques e monolíticas entre os Estados, o direito internacional, os operadores econômicos, as agências internacionais, os agentes da mídia internacional e os agentes da contestação política internacional.

De fato, nesse mesmo sentido analítico de compreensão do fenômeno da globalização, autores diversos (Badie, 1995; Bourdieu, 1999; MacLean, 1999; Wendt, 1999) propõem que sejam repensadas as premissas epistemológicas (explícitas ou implícitas) que podem *per se* já constituir instrumentos “disciplinadores” da compreensão do fenômeno “globalização”. Por isso, tais autores propõem considerar a política internacional como “construto social”, dependente de contextos, com implícitos sobre os atores, os processos, as estratégias. Defendem considerar a produção do conhecimento nas disciplinas como um processo social; ir mais além do abstrato (buscando os contextos) e do a-histórico (buscando as relações com tempo e espaço) na análise do processo político que está subjacente à globalização. Ademais, como lembra Wendt (1999), é importante não ver a ordem mundial como política “ou” econômica “ou” cultural, mas sim como o resultado de articulações entre essas diferentes esferas, donde a necessidade de procurar pensar o que une as diferentes estratégias de conformação da ordem mundial.

Isso significa, por conseguinte, que o conjunto de artigos aqui reunidos compartilha uma concepção das relações internacionais problematizadas como sistema social e sistema-mundo (Wallerstein, 1979, 1984, 2004). O sistema-mundo contrapõe-se ao Império-mundo (um único sistema político), porquanto tem uma economia-mundo que prescinde do Império para ser hegemônica. O sistema-mundo inclui uma estrutura com engrenagem, arquitetura,

realidade e tempo próprios. O sistema assim concebido não tem relação substantiva com a noção de sistema das análises funcionalistas de base cibernética (Klaus Knorr, Robert Keohane, Joseph Nye, Karl Deustch). No sistema-mundo, há um regime de acumulação dominante, cujas crises são rupturas da reprodução contínua de relações sociais e levam à reestruturação do sistema e ao surgimento gradual de um novo regime de acumulação (Yaghmaian, 1998). Nesse quadro, as novas formas de contestação internacional, por exemplo, poderiam ser consideradas como forças anti-sistêmicas e anti-hegemônicas do sistema-mundo (Arrighi *et al*, 1989).

É com base nesse abrangente e complexo pano de fundo que este dossiê do Caderno CRH tem por objetivo analisar a política mundial contemporânea à luz das transformações ocorridas no pós-Guerra Fria, sob a égide da globalização econômica. O dossiê dá ênfase à análise dos atores (estados, agências, bancos, firmas transnacionais) e processos políticos e econômicos (acordos globais e regionais, negociações multilaterais, a inserção de economias políticas nacionais na globalização) que integram e caracterizam o espaço mundial contemporâneo. No entanto, os artigos que integram este dossiê não negligenciam as reações dos movimentos sociais transnacionais que contestam a ordem global e as implicações teórico-metodológicas que tais transformações da política mundial trazem para o campo de estudo das relações internacionais.

Em seu artigo, o Bertrand Badie salienta que o debate teórico, desde o fim da bipolaridade e da Guerra Fria, girou em torno dos conceitos de superpotência, hiperpotência ou unipolaridade. No entanto, não se tem dado suficiente atenção, segundo este autor ao fato de que a potência é, hoje, atacada em sua própria essência, demonstrando-se frágil sempre que utilizada como princípio de ação internacional, isso sem considerar as vicissitudes por que passa a própria primeira potência mundial. Seria possível considerar a potência como princípio organizador da ordem mundial contemporânea?

Muniz G. Ferreira enfoca as diferentes ten-

tativas de adaptação da economia brasileira às diversas oscilações e mudanças verificadas na economia internacional ao longo das cinco últimas décadas do século XX, desde o final da Segunda Guerra Mundial até os primórdios da chamada globalização econômica e financeira. Elsa S. Kraychete faz uma leitura crítica do discurso do Banco Mundial, assim como de suas estratégias que alicerçam uma nova concepção do desenvolvimento e das políticas e ações de governos nacionais (mormente os dos chamados países em desenvolvimento); a partir da análise do discurso do Banco Mundial no campo das estratégias de redução da pobreza, a economista apresenta aspectos da nova configuração teórica do desenvolvimento, na qual a minoração da pobreza – e não a redução das desigualdades – aparece como questão central.

Marie-Françoise Durand procura demonstrar a utilidade da renovação da geografia francesa na análise do espaço mundial contemporâneo, cartografando processos de globalização e de regionalização, de diversificação dos atores e de articulação das lógicas territoriais e reticulares.

Seguindo também a perspectiva geográfica, Dominique Masson, defende a pertinência da abordagem fundada no desdobramento das escalas para o estudo da transnacionalização dos movimentos de mulheres, ao mesmo tempo em que analisa como as dinâmicas desses movimentos têm-se desenvolvido à revelia das fronteiras nacionais e em detrimento do espaço.

Carlos S. Arturi e Elisa Batalha analisam o tema da contestação internacional sob o viés da transnacionalidade de atores não estatais e da formação de redes globais de movimentos sociais, adotando, para tal, o enfoque da sociologia das relações internacionais.

Em conclusão, Ruthy Nadia Laniado e Carlos R. S. Milani retomam alguns dos pontos desta introdução e delineiam uma agenda de pesquisas, buscando construir um novo sentido da internacionalização na ordem política contemporânea.

(Recebido para publicação em setembro 2006)

(Aceito em setembro de 2006)

REFERÊNCIAS

- AGRIKOLIANSKY, Eric; FILLIEULE, Olivier; MAYER, Norma. *L'Altermondialisme en France, la longue histoire d'une nouvelle cause*. Paris: Flammarion, 2005.
- AMIN, Samir; HOUTARD, François. *Mondialisation des résistances, L'état des luttes 2002*. Paris: Forum Mondial des Alternatives, L'Harmattan, 2002.
- ARRIGHI, Giovanni; HOPKINS, Terrance; WALLERSTEIN, Immanuel. *Antisystemic movements*. Londres: Verso, 1989.
- ARTURI, Carlos S. Os desafios para a instauração de uma governança mundial democrática na atual conjuntura internacional. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 31, n. 1, p. 75-93, 2003.
- BADIE, Bertrand. *La fin des territoires, essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect*. Paris: Fayard, Collection L'Espace du Politique, 1995.
- BECK, Ulrich. *Pouvoir et contre-pouvoir à l'Ère de la mondialisation*. Paris: Flammarion, 2003. (Collection alto/aubier).
- BOURDIEU, Pierre. *Contre-Feux. Propos pour servir à la résistance contre l'invasion néo-libérale*. Paris: Liber/Raisons d'Agir, 1999.
- BRUNHOFF, S. L'intuité monétaire internationale. In: CHESNAIS, François (Org.) *La mondialisation financière: genèse, coûts et enjeux*. Paris: Syrus, 1996.
- CASTELLS, Manuel. *Sociedade em rede*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.
- CHESNAIS, François. Nova economia: Uma conjuntura específica da potência hegemônica no contexto da mundialização do capital. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, v.6, dez. 2001.
- _____; SERFATI, Claude; UDRY, Charles-André. El futuro del movimiento antimundialización. Primeras flexiones para una consolidación de sus fundamentos teóricos. *Revista del OSAL*, n. 3, jan. 2001.
- COMELIAU, Christian. Le postulat de la croissance indéfinie. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, Paris, n. 166, dez., p. 519-528, 2000.
- DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney (Orgs.) *Transnational protest and global activism*. New York/Toronto/Oxford: Rowman and Littlefield Publishers, 2005.
- DOLLFUS, Olivier. *La mondialisation*. Paris: Presses de Sciences-Po, 1997. (Collection La Bibliothèque du Citoyen).
- DUPAS, Gilberto. *Ética e poder na sociedade da informação*. São Paulo: UNESP, 2001.
- _____. *Economia global e exclusão social*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FIORI, José Luís (Org.) *O poder americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- FISHER, William F; PONNIAH, Thomas. *Another world is possible: popular alternatives to globalization at the World Social Forum*. Londres e Nova Iorque: Zed Books, 2003.
- FLYVBJERG, Bent. *Making social science matter, why social inquiry fails and how it can succeed again*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- GOSOVIC, Branislav. L'hégémonie intellectuelle mondiale et le développement. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, Paris, n. 166, dez., p. 507-518, 2000.
- HALLIDAY, Fred. Global governance: prospects and problems. *Citizenship Studies*, v. 4, n. 1, fev., p. 19-33, 2000.

- KHAGRAM Sanjeev; RIKER, V. James; SIKKINK, Kathryn. *Restructuring world politics, transnational social movements, networks and norms*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.
- LINS, Daniel; WACQUANT, Loïc (Orgs.) *Repensar os Estados Unidos. Por uma sociologia do superpoder*. Campinas: Papirus, 2003.
- MACLEAN, John. Towards a Political Economy of Agency in Contemporary International Relations. In: SHAW, M. *Politics and globalisation: Knowledge, Ethics and Agency*. London: Routledge, 1999.
- MACLEAN, John. Philosophical roots of globalization and philosophical routes to globalization. In: GERMAN, Randall D. (Org.) *Globalization and its critics: perspectives from political economy*. Basingstoke: Macmillan, 2000.
- MANN, Michael. *O império da incoerência, a natureza do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- MILANI, Carlos R. S.; SOLINIS, Germán. Pensar a democracia na governança mundial: algumas pistas para o futuro. In: MILANI, Carlos R. S.; ARTURI, Carlos S.; SOLINIS, Germán (Orgs.) *Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI?* Porto Alegre: UFRGS/UNESCO, 2002. p. 266-291.
- NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais. Correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier/Editora Campus, 2005.
- NOVAES, Adauto (Org.) *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- O'BRIEN, Robert; GOETZ, Anne-Marie; SCHOLTE, Jan Aart; WILLIAMS, Marc. *Contesting global governance. Multilateral economic institutions and global social movements*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- RIST, Gilbert. *Le développement, histoire d'une croyance occidentale*. Paris: Presses de Sciences-Po, 1996.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SCARLATO, Francisco C.; ARROYO, Monica (Orgs.) *Fim de século e globalização*. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994.
- TARROW, Sidney. *Power in movement: social movement and contentious politics*. New York: Cambridge University Press, 1998.
- VILLA, Rafael A. Duarte. Formas de influência das ONGs na política internacional contemporânea. *Revista de Sociologia e Política* [Curitiba], n.12, jun. p. 21-33, 1999.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial*. Madri: Siglo XXI Editores, 1979.
- _____. *Le système du monde du XVe. siècle à nos jours*. Paris: Flammarion, 1984.
- _____. The dilemmas of open space: the future of the WSF. *International Social Science Journal*. Paris: UNESCO/Blackwell, n. 182, p. 629-637, 2004.
- WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- YAGHMAIAN, Behzad. Globalization and the State: The political economy of global accumulation and its emerging mode of regulation. *Science & Society*, v. 62, n. 2, verão, p. 241-265, 1998.
- ZIZEK, Slavoj. *Bem-Vindo ao deserto do real! Cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2003.
- _____. Identidades vazias. *Folha de São Paulo*, 7 jan. 2007, p.10. Caderno Mais.